O papel histórico do psicólogo na mediação familiar e educação infantil

Sacha Calabrese Modolon
Profª Jaqueline B. S. Taufembach
Esucri - Escola Superior de Criciúma
Criciúma, 18 de novembro 2020

Resumo

O presente paper visa tratar de forma sucinta o desenvolvimento histórico da educação (principalmente a nível inicial), contextualizado e tendo como maior foco o Brasil, e discutir o trabalho do psicólogo, na sequência, no ambiente escolar e sua importância quanto elemento de mudança social, bem como as dificuldades que o profissional deve enfrentar, tanto a nível familiar como a nível educacional e social. Acreditando na definição da OMS, o sujeito como um conjunto biopsicossocial, e a importância supradita, as considerações do meio são tidas em consideração e a disparidade de classe econômica, esta que cria um paralelo entre sistemas de ensinos, privados e públicos, que por consequência acabam prejudicando a criança e fomentando um círculo vicioso na sociedade.

Palavras-chave: Educação. Psicologia. Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

A criança é o elemento de continuidade da sociedade, e como tal, de seu cuidado e proteção depende que esta perdure ao longo do tempo. Um elemento de mudança em uma geração é um elemento de crescimento ou corrupção, e assim constantemente, e partindo de amostra A ou B, de momento histórico C ou D, existiram pessoas que se em essência compartilham uma familiaridade, exteriormente, são sujeitos diferentes com roupas diferentes.

Sendo assim, desde os primórdios a mudança não está intimamente no conteúdo e sim na sua forma de transmissão. Os *skalds* em faustos salões e os rapsodas em felizes festivais deram lugar a sala de aula e ao professor. No entanto, incontáveis anos se passaram entre uns e outros. Mas uma problemática sempre persistiu como bem salienta a autora DELVAN et al (2002), "a educação das crianças desde a Antiguidade tem sido uma preocupação da

civilização".

Nisso o papel do psicólogo demostra um dos principais ganhos de nosso tempo na área educacional. Como mediador, mais que em qualquer outro tempo, este permite uma conexão entre o micro e o macro, o familiar e o social. Ou seja, seu trabalho é de suma importância para com a saúde tanto do indivíduo como do meio, fazendo dos dois seus objetos de estudo e de câmbio.

Para as referências históricas utilizaremos das notas de roda pé, visto que serviram mais de auxílio secundário que propriamente de base, como foi o caso dos artigos apresentados no capítulo de referência ao final do paper.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A palavra "história", em sua asserção mais específica, encontra-se associada a ideia de civilização. Os sumérios, povo que serviu de impulso ao desenvolvimento da mencionada ciência, na criação da técnica cuneiforme, obrigava sua classe dominante a dominar os elementos básicos de compreensão, deixando para a casta sacerdotal seu ensino e profundidade da mesma. Obviamente a violência e a coerção eram elementos em voga,[1]

Em um salto milenar, possuímos, nas palavras de Wihelm Jaeger, o cerne da *paideia* grega, na criação de Homero, a Odisseia. A *paideia*, traduzida vulgar e limitadamente por caminho de aprendizagem, preparava o "quase-homem", ou seja, o filho do *polite*, do homem dono de propriedade e com voz ativa em assembleia, não o ser humano em si, à função governamental e por consequência, de força e importância social na *polis*.

Nesse momento histórico a figura do pedagogo é muito relevante, este era o escravo encarregado da função de levar o jovem potencial *polite* até a escola, de ensinar o fundamental e de admoestar-lho moralmente.[2]

O desenvolvimento do *trivium* e o *quadrivium* foram uma consequência lógica, o helenismo começava já a diferenciar as áreas de ensino que na época imperial romana, com as reformas de Augusto de fomento a cultura, como a criação de bibliotecas públicas, instituições de ensino publico para cidadãos mais pobres ou provincianos a mando de escravos asiáticos (ou seja, helenizados) e a mando de proeminentes cidadãos para os mais ricos, teria na figura

1 Sin-léqui-unnínni. Ele que o abismo viu: epopeia de Gilgamesh. Tradução do Acádio, introdução e comentários Jacyntho Lins Brandão. - 1. ed.: 5. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2020. - (Coleção Clássica – coordenador Oséias Ferraz)

2 JAEGER, WERNER. Paidéia: A Formação do Homem Grego. Trad. Artur M. Parreira. Martins Fontes, São Paulo. 1995.

de Quintiliano seu principal representante, sua é a ideia da não-violência no ensino.[3]

A universidade e a entrada, ou melhor, reentrada, de Aristóteles ao ocidente, criaram as bases que só foram postas em dúvida no Iluminismo e somente superadas no positivismo do século XIX. Obviamente nessa etapa a educação, como na época dos sumérios, estava dominada pela casta sacerdotal, e mesmo com a revolucionaria Enciclopédia de Diderot e D'Alembert, o Emílio de Rousseau, as sátiras de Voltaire, e anteriormente o excelente Pantagruel de Rabelais, a laicização era uma realidade que ainda levaria seus anos.[4].

Sobre o último, na América, temos por exemplo o trabalho de promoção acadêmica do "Professor", e também presidente argentino, Sarmiento, que escrevendo "Facundo", sua *magnum opus*, relata que a diferença entre o gaúcho bárbaro e o ilustrado citadino, estava na capacidade civil de ler e escrever, logo, o lema "saber é poder" transformou-se numa prerrogativa para que a Revolução Industrial permite-se tanto um desenvolvimento técnico da sociedade, como, depois dos liberais classícos como Stuart Mill, a educação servi-se como alavanca para a igualdade, ou seja, a ideia de meritocracia em contraponto da antiga ideia de sangue.[5] No entanto, a problemática continuava a ser muito complexa, e desde teorias biológicas à famosa teoria da carência cultural, muitos trabalhos foram publicados e um novo elemento passou a ganhar força, o psicólogo (BARBOSA et al, 2012).

Nessa visão histórica da educação, deve-se ter em conta que a criança não era somente o indivíduo a ir a escola, ou a esse prolegômeno de escola, ela também era criança no sentido de que participava de um grupo familiar (DELVAN et al, 2002). E esse grupo familiar, salientamos, não sempre, mesmo que as oportunidades estivessem teoricamente dadas, podia mandar seus filhos para tais estabelecimentos, ou até mesmo preferiam ficar com eles em casa ajudando nos afazeres rurais e de economia doméstica.

A Revolução Industrial revoluciona esse microestado e a posição da mulher passa a ser extrafamiliar ajudando com as rendas da casa. Logo, a criança se via desamparada da que até então era seu principal elo educativo, e por exemplo, na França decimonónica, o surgimento de "refúgios", ou seja, casa de mulheres que não trabalham, passaram a ocupar-se destas crianças desamparadas dando origem ao que viríamos a conhecer como creches (DELVAN et al,2002). No Brasil não era muito diferente e cita a autora ZENDRON et al (2013), que

---

3 Suetonio Tranquilo, Cayo, *Vida de los doce césares. Obra completa*. Madrid: Editorial Gredos. *Volumen I: Libros I-III*. 1992 [1ª edición, 2ª impresión].

4 Diderot, D. – Enciclopédia ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Tradução de Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza e Luís Fernandes do Nascimento. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

5 Sarmiento, Domingo Faustino. Facundo. Biblioteca Clásica y contemporánea. Buenos Aires: Editora Lozada, 1982.

tinham caráter eminentemente assistencialista e eram voltadas principalmente para os cuidados básicos e para a segurança das crianças provenientes de comunidades empobrecidas (VIEIRA, HANSEN, VIEIRA, 2009)."

Com as grandes guerras do século XX, a demanda por creches cresceram, pois, a mulher passou a ocupar muito mais postos de trabalho enquanto os homens eram mandados aos campos de batalha (DELVAN et al, 2002). A mudança do que até então se definia como o ambiente tradicional familiar, sofreu dos câmbios políticos, econômicos, filosófico-científicos, e criaram o que se passou a conhecer como a Idade Contemporânea.

O sistema industrial evoluiu, os antigos empregos simples e brutos passaram a depender de mão de obra muito mais qualificada e, por consequência, novos estabelecimentos de ensino foram criados (DELVAN et al, 2002).

Necessário é relatar que muitos pensadores também viam no antigo sistema uma desvalorização do elemento humano e a transformação deste numa simples besta de trabalho, o Sansão do famoso Animal Farm de George Orwell. Isso abria a uma nova problemática dentro do tema, a que ponto essa educação era libertadora e a que ponto, as ideologias que sustentavam um Estado podiam se intrometer.

Esses mesmos pensadores voltaram seu olhar crítico a criança e ao meio onde esta estava inserida, e passaram a se preocupar com seu desenvolvimento, definindo faixas etárias para determinados graus de estudo (DELVAN et al, 2002). Entretanto, é nítida a simetria da escola com a própria divisão da fábrica.

Não obstante, não somente no Brasil, mas no mundo, percebia-se a diferença entre dois modelos, o publico e o privado. O primeiro, com o posterior técnico, prepararia futuros operários e não buscava uma exploração do lado criativo do indivíduo, o segundo, com uma abrangência maior nas ditas ciências liberais e a entrada a universidade, prepararia os escalões maiores e os artistas. O primeiro era assistencial, o segundo, realmente "meritocrático" e livre quanto a carreira a seguir (SILVANAL et al, 2017).

Mas a partir da década de 30, chegam ao Brasil, junto com seu êxodo urbano e desenvolvimento agroexportador e industrial, os trabalhos acadêmicos produzidos na Europa e nos Estados Unidos, influenciando e preparando o que se conheceu como Escola Nova. Em citação das autoras BARBOSA et al (2012), "com vistas a uma 'renovação escolar', crescia a ideia de uma nova 'Educação' e também cresceram em conjunto as teorias higienistas que buscavam medidas de caráter profilático para o âmbito escolar (Antunes, 2003; Patto, 2008)"

A autora ressalta uma interessante peculiaridade. No Brasil, a Psicologia Educacional se desenvolvia junto com a Psicologia. Somado a crescente psicanálise que há algumas

décadas vinha ganhando força e relevância acadêmica e profissional, em posição crítica a uma ideia anterior, nascida do próprio positivismo e na medicina entendida como biológica, o ambiente onde este sujeito estava inserido passou a ganhar maior importância. Ainda faltavam uma década para a definição do ser biopsicossocial da OMS, mas começasse a desenhar no país quando, em 1962, se introduz a disciplina de psicologia escolar na cátedra.

Logo, a partir da Lei N. 4119 de 27 de agosto de 1962, com a profissão da psicologia regulada, as duas próximas décadas são caracterizadas pela participação deste em áreas públicas do Estado e começando seu trajeto na área escolar, e com o crescimento da "Psicologia *do* Escolar" (BARBOSA et al, 2012).

Mesmo com a difícil situação do país no fim de século e o recorte público, somado ao preconceito de um certo grupo de profissionais que ainda não entendiam os benefícios da psicologia nas escolas, os trabalhos acadêmicos cresceram de forma exponencial. E influenciado em partes com a Teoria de Carência Cultural vinda dos Estados Unidos, e a própria crítica da mesma, o século XXI augurou uma melhor compreensão da problemática até o ponto levantada. Por exemplo, os documentos produzidos pelo Ministerio da Educação (MEC), por meio da Coordenadoria de Educação Infantil (COEDI), dentre estes, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998), promocionando a autonomia da criança e

> "para a realização dessas premissas no cotidiano escolar, cabe ao profissional que atua nesse âmbito criar condições, situações e organizar ambientes e materiais que oportunizem a capacidade e potencialidade de escolha das crianças. Dentre os profissionais que se relacionam com as crianças direta ou indiretamente nas creches, e que podem favorecer o desenvolvimento da autonomia infantil, podem-se citar professores, auxiliares, coordenadores pedagógicos e psicólogos. (ZENDRON et al, 2013)"

A nível internacional, os tratados relacionados aos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança, etc..

Por sua vez, a medicalização de faixa cada vez mais jovem da população, a constante evolução da sociedade e mudança do ambiente familiar, e outros motivos, provocam no psicólogo e nos estudantes da psicologia, um alerta e uma obrigatoriedade de atualização constante quanto as ferramentas e as atitudes em relação ao mundo (BARBOSA et al, 2012).

2.1. Mediação familiar e na educação

Tanto a definição de infância como adolescência são recentes na história do pensamento contemporâneo. No final do século XIX, com todo o processo já exposto nas

páginas precedentes, viu-se a necessidade de separar o conceito de criança do de jovem adulto. Pois até aquele momento, uma vez cumprido os sete anos, tinha-se a ideia de que esta estava preparada para “começar sua vida” (SILVANAL et al, 2017).

Hobsbawn, em brilhante livro, “A era das Revoluções”, explica que tanto elas como as mulheres eram operários muito requisitados, tanto pela facilidade para se lidar, como pela baixa remuneração salarial, tanto nos primórdios da revolução industrial como entrado o século XX[6]. Os Miseráveis de Victor Hugo, critica mordaz e descrição da época, é também muito persuasiva quanto ao tratamento dessas pessoas.

Um dos grandes logro do século XX, foi precisamente a obrigação dessa criança de ir a escola, e de certa forma, salvar sua forma de ser criança. Obviamente, existiu todo um árduo processo e várias mudanças de foco quanto a quê educação deveria receber. Segundo O Relatório da Unesco para o Século XXI essa aprendizagem deveria corresponder “aos quatro pilares da Educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.”

Sendo assim, as autoras DELVAN et al (2002), explana que o conhecimento psicológico não somente vem acrescentar e proporcionar novas possibilidades no ensino, como permite incorporar essa criança ao seu meio tanto familiar como social. Permite desenvolver nesta um conceito de existência e de progressão, junto a inteligentes políticas públicas, que de outra forma seria dizimada, como antigamente, no auge do sistema puramente industrial.

Uma vez valorizada a individualidade da criança é permitida sua entrada a sociedade não meramente como elemento secundário e sim como partícipe. E o antigo ciclo vicioso, passa a romper-se, permitindo uma verdadeira oportunidade e noção de igualdade.
No entanto, é de se destacar que o psicólogo não trabalhará somente circunspecto ao ambiente escolar, deverá levar a atual problemática ao meio social que cerca seu “paciente” (ZENDRON et al, 2013). E muitas vezes ocorre que nesse momento, a família acaba dificultando o processo (ANDRADE, 2018).

A autora ANDRADE (2018), em pesquisa com professores de instituição x relata queixas muito ilustrativas sobre o dito. Por exemplo, para a professora Joana, a ansiedade dos pais é a principal causa da ansiedade dos filhos, pois, comparando-o sempre a seus colegas, acabam criando tanto uma pressão desnecessária sobre a criança, como um profundo rancor da escola onde apenas vai para ser humilhado. Também relata a falta da oportunidade de

6 HOBSBAWN, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789 -1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1977].

autonomia permitida a criança em outros casos.

Já a professora Elizabete, na sua queixa menciona a falta de interesse dos pais pelo desempenho escolar do filho, ou até mesmo, a falta de exemplo, mostrando-se frente a estes, totalmente alienados da realidade através de dispositivos telefônicos.

E tanto uma como a outra, reclamam que não toda escola pública tem acesso real ao trabalho do psicólogo, mesmo que o projeto de lei aprovado pelo Congresso de número 3688 declara que: Art. 1º- O Poder Público deverá assegurar atendimento por psicólogo e assistentes sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem.

Por isso, reitera-se novamente sem perigo a redundância, que o projeto de trabalho do psicólogo abarca mais de um campo, bem como um campo de luta social, onde, seguindo SILVANAL et al (2017) citando Pedroza (2003) "A presença do psicólogo no dia a dia da escola constitui-se de grande necessidade para criar espaços de diálogo e reflexão a fim de contribuir para a construção de uma escola mais democrática."

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, tratamos de demostrar que a problemática da educação é tão antiga quanto a concepção do homem mesmo, em sua diferenciação com o puro animal dito irracional. Nesse transcurso, começamos por uma idade longínqua até aproximar-nos o máximo possível. Nela vivenciamos uma constante evolução e busca, uma constante luta pelas bases do que se conhece por civilização.

Que a palavra psicologia e, por consequência, psicólogo, seja antiga, a função deste como elo entre o eu, o outro, e o nós, é recente. Tão recente que em nosso país a disciplina de psicologia escolar só foi incluída na grade da carreira de Psicologia em 1962. E, como algo assim tão contemporâneo, ainda possui muito a desenvolver e enfrentar.

No entanto, após o axioma, é necessário o trabalho de antítese e tese das proposições para alcançar assim as tão aneladas sínteses. Estas, provavelmente, estarão sempre em evolução como nossa própria sociedade, mas uma vez implantada as ferramentas e alicerse, só dependera do profissional usar-lhas.

A produção acadêmica é constante, as lutas por uma equidade da educação é contínua, logo, numa área tão rica em vertentes e espaço de trabalho, ao profissional da psicologia somente lhe resta manter essa vontade do aprender e ser um fator de mudança positiva para o seu meio.

REFERÊNCIAS PRINCIPAIS

DELVAN, Josiane da Silva; RAMOS, Maria Cecília e DIAS, Morgana Brocardo. **A psicologia escolar/educacional na educação infantil: o relato de uma experiência com pais e educadoras**. *Psicol. teor. Prat.* [online]. 2002, vol.4, n.1 [citado 2020-11-09], pp. 49-60 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872002000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1516-3687.

ZENDRON, Alessandra Ballestero Fukoshima. Kvravchychyn Helena. Fortkamp, Eloísa Helena Teixeira. Vieira, Mauro Luís. **PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR**. Revista do Departamento de Ciencias Humanas,Barbaroi. Online. 2013. Citado 2020-11-09. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/3007>

ANDRADE, Thais Zaco. **CONCEPÇÃO DE PROFESSORES E PSICÓLOGOS SOBRE O PAPEL DA MEDIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**. 18 Congresso Nacional de Iniciação Científica, CONIC SEMESP. 2018. Citado 2020-11-09. <Disponível em http://conic-semesp.org.br/anais/files/2018/trabalho-1000002530.pdf>

SILVANAL, Francismária Sousa Santos. Oliveira, Gislene Farias. **Psicologia e Educação Infantil: Desafios atuais**. Revista Multidisciplinar e de Psicologia, Id on Line. 2017. Citado 2020-11-09. <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/654>

BARBOSA, Deborah Rosária. Souza, Marilene Proença Rebello. **Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012:163-173. Citado 2020-11-09. Retirado do sistema Unimestre da Faculdade Esucri.

MARTINEZ, Albertina Mitiáns. **O que pode fazer o psicólogo na escola?** Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Citado 2020-11-09. Retirado do sistema Unimestre da Faculdade Esucri.